

Assembleia Municipal da Ribeira Brava



Ata Nº 08/2014

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

dezoito de dezembro de dois mil e catorze

-----Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e catorze reuniu-se a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de João Luís Drumond Henriques, estando ainda presentes Sílvia Maria Almada Abreu como primeira secretária e João Abreu Gomes como segundo secretário.-----

-----Estiveram presentes pelo Partido Social-Democrata: José Armindo Pereira Pestana, Teresa Maria Corte Gonçalves, Domingos Sousa Andrade, José Jorge Fernandes Ornelas, Jeannete Ferreira Santos, Horácio Ramos Ferreira, Carlos Ramos Andrade e José Gilberto Abreu Andrade. Pelo Partido Socialista: Catarina Jesus Silva Almeida, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Humberto Jorge Faísca da Silva. Pelo Partido Popular: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Abreu Rodrigues e Marco Nuno Correia Martins. Pelo Partido Trabalhista Português: Marco Nuno da Luz das Almas.-----

-----O deputado Telmo Ricardo Marques de Freitas do CDS faltou à presente sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: Reina Elisabeth José Vasquez Mendes, Emanuel Higinio Fernandes, Jorge Manuel Faria Santos e Vítor Francisco Gomes de Abreu.-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente Ricardo Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, a senhora Vereadora Natália Rodrigues, o senhor Vereador Rui Gouveia, o senhor Vereador Rafael Sousa e o senhor Vereador Alano Gonçalves.-----

-----Pelas quinze horas e cinquenta e três minutos, o Senhor Presidente da

1

Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo.-----

-----Ponto dois – Apresentação, discussão e votação da proposta do orçamento do Município de Ribeira Brava, em conformidade do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto três – Apresentação, discussão e votação da proposta do plano de atividades do Município de Ribeira Brava em conformidade com o artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto quatro – Apresentação, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato de adesão ao sistema multimunicipal de distribuição de águas e saneamento básico e recolha de resíduos da RAM, entre a ARM e o Município de Ribeira Brava, em conformidade com a alínea n) do artigo vinte e cinco.-----

-----Ponto cinco – Apresentação, discussão e votação da proposta para atribuição de isenção de IMI em função de eficiência energética, conforme alínea c) do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze. -----

-----Ponto seis – Proposta de prorrogação de isenção do IMI, de habitações afetadas pelo temporal de vinte de fevereiro de dois mil e dez, conforme alínea c) do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze..-----

-No Período Antes da ordem do Dia procedeu-se à discussão da ata número sete de dois mil e catorze, com introdução de algumas das alterações propostas pelo deputado Luís Pestana do CDS, à exceção da alteração ao parágrafo cinco, pois o Presidente da Assembleia e autor das declarações sujeitas a mudança no parágrafo cinco não concordou com as mesmas: “Eu Luís Alberto Almada Pestana, deputado municipal eleito pelas listas do CDS-PP venho por este meio requerer que alterem os parágrafos quarto, quinto, sexto e oitavo da página número seis da ata sete de dois mil e catorze da reunião ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de setembro de dois mil e catorze. No quarto paragrafo, onde se lê: “o deputado Luís Pestana do CDS fez uma interpelação à mesa sugerindo que os documentos chegassem aos deputados através da Via CTT, pois quem não tem email muitas vezes acaba por não receber a documentação a tempo.”Deverá ler-se: “O deputado Luís Pestana fez uma



interpelação à mesa sugerindo, se possível, que os documentos chegassem aos deputados através do serviço disponível pelos CTT, via eletrónica, designado "Via CTT" pois, quem trabalha tem dificuldades para se deslocar em tempo útil aos correios a fim de levantar os respetivos documentos." No quinto parágrafo, onde se lê: " O Presidente da Assembleia disse que segundo o Regimento as cartas são enviadas por correio registado e só cinco dias antes pode enviar a ordem de trabalhos, pois a lei assim o determina e também a respetiva documentação." Deverá ler-se "O Presidente da Assembleia disse que segundo o Regimento da Assembleia Municipal baseado na lei setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro ponto número um do artigo vinte e sete sessões ordinárias, não é possível enviar a respetiva documentação segundo a modalidade sugerida pelo deputado." No sexto e oitavo parágrafos a deputada Manuela Gomes pertencer aos CDS-PP e não ao PS como tal nestes parágrafos deverá ler-se: "A deputada Manuela Gomes do CDS-PP referiu que devemos quando a lei diz três dias devemos dar mais dois dias aos trasos dos CTT." E " a deputada Manuela Gomes do CDS-PP voltou a referir que devemos ter em conta os atrasos dos CTT."-----

-----Colocada à votação a ata foi aprovada por maioria com uma abstenção da deputada Jeannete Santos do PSD.-----

-----O Presidente da Assembleia informou os deputados acerca da correspondência recebida, e das ações realizadas pela Mesa da Assembleia, nomeadamente informações requeridas à Câmara sobre o PDM. Referiu que a Mesa da Assembleia participou no segundo encontro dos representantes das Mesas das Assembleias Municipais da Região Autónoma da Madeira. Também informou acerca da conferência de imprensa titulada pelo próprio Presidente da Assembleia sobre a Escola Padre Manuel Álvares, salvaguardando a posição unanime da Assembleia Municipal sobre o posicionamento da nova escola secundária da Ribeira Brava.-----

-----No período de Antes da Ordem do Dia a deputada Adelina Rodrigues do CDS apresentou a seguinte proposta sobre a construção de um corredor verde entre a Serra de Água e a Ribeira Brava: "O Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto nos artigos dezoito do Regimento Municipal e cinquenta e dois da lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, recomenda à Câmara Municipal da Ribeira Brava que desenvolva

A
J
Silva Almeida

todas as diligências junto do Governo Regional da Madeira conducentes à criação de um "Corredor Verde" entre as freguesias da Serra de Água e da Ribeira Brava, aproveitando deste modo, em benefício da população, as obras de proteção da ribeira que decorrem neste momento. A construção do "Corredor Verde", entre o sítio do Poiso, freguesia da Serra de Água, e o sítio da Meia Légua, freguesia da Ribeira Brava, pelas suas excecionais condições, irá possibilitar usos e funções múltiplas para o bem-estar da população local e, em última instancia, para toda a população da Região Autónoma da Madeira. A construção dessa via permite conservar os fragmentos dos ecossistemas naturais, criar uma via de circulação alternativa e uma área de lazer, contribuindo para melhorar a qualidade de vida, muito mais acessível a todas as camadas sociais da população pela proximidade das áreas habitadas. A sua implementação irá proteger e sustentar a paisagem do grande cenário que é o Vale da Encumeada, além de permitir um elo de ligação alternativo entre as duas freguesias. Os "Corredores Verdes" (ou caminhos verdes) são espaços abertos lineares, que desempenham diversas funções ecológicas, como por exemplo, a ligação entre fragmentos de vegetação, a conservação da biodiversidade, a possibilidade de aproveitar as águas das chuvas, além de proporcionar diversas utilizações pela população, como lazer, transporte alternativo e promoção da coesão social. Também podem proteger e sustentar a integridade da paisagem, incluindo os componentes naturais (biofísicos) e sociais. Por tratar-se de espaços abertos e lineares, a margem da ribeira entre a Ribeira Brava e a Serra de Água apresenta-se com as características ideais para a concretização deste projeto de coesão social, bem-estar, lazer e recreação. Para o CDS-PP, a construção do "Corredor Verde" ao longo da margem direita da ribeira, no sentido norte/sul, possibilita diversas utilizações e funções simultaneas em espaço reduzido, quando devidamente planificado, projetado e implementado para aproveitar as condições biofísicas. Esta construção promove o convívio diário dos cidadãos com a natureza e proporciona novas formas de relacionamento entre o homem e o ambiente de forma sustentável. Para a planificação sustentável dos "corredores verdes" é preciso identificar os elementos estratégicos da paisagem, de ordem ecológica e social, avaliar as condições da paisagem, o que inclui a integridade ecológica da fauna e da flora. Ao nível das funções sociais, no que se refere às questões económicas, recreativas e aos recursos estéticos,



é necessário desenvolver a identidade do local, a sua valorização e reconhecimento, proporcionando oportunidades de regeneração e sustentabilidade. Entende o grupo municipal do CDS/PP na Assembleia Municipal que os benefícios locais, onde se instalem “Corredores Verdes”, devem estar acessíveis a todos, e proporcionar melhoria na interação social criando um local com uma forte integração da paisagem promovendo os recursos ecológicos e culturais. Assim sendo, estes devem desenvolver uma ligação com a população local, valorizar os recursos naturais, vias de transporte alternativo não poluente, contribuindo para manter a saúde física e mental, e proporcionar o contato diário com a natureza, promovendo a educação ambiental. A construção de um “Corredor Verde” é um processo participativo. É preciso envolver a população e os interessados na área onde é implementado, pois é fundamental para a sua planificação, projeção e manutenção. Esta participação deve ter representantes de todos os grupos interessados. Deve ser efetiva e abrangente, desde o início do processo. Planificar os “Corredores Verdes” envolve grupos diversificados. Assim, as instituições responsáveis pela planificação e ordenamento do território devem ter uma visão alargada que englobe questões sociais e ecológicas mais abrangentes e intrinsecamente relacionadas no tempo e no espaço, para que efetivamente as soluções contribuam para a sustentabilidade do projeto. A planificação e o projeto deve ser um processo político que deve passar pela negociação com as partes interessadas, para que seja socialmente justo, e responda aos anseios e necessidades das populações. Se houver um apoio maciço, será mais fácil a sua implementação e manutenção. Por todo o exposto, o Grupo Municipal do CDS/PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava recomenda ao executivo da Câmara Municipal que proceda a todas as diligências necessárias junto do Governo Regional, no sentido de aproveitar as obras em curso na marginal da ribeira entre a Ribeira Brava e a Serra de Água, para aí proceder à construção de um “Corredor Verde” que sirva a população local e de toda a Região Autónoma, funcionando como polo de atenção e atratividade para o desenvolvimento económico, social, turístico e ambiental de todo o concelho da Ribeira Brava.”-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água Jorge Santos interveio dizendo que a proposta apresentada pelo CDS há muito tempo que estava em análise pelo PSD, já o anterior executivo da Junta tinha conhecimento desta intenção de



A handwritten signature in black ink, followed by the name "Ribeira Brava" written in a cursive script.

construir um corredor entre a Serra de Água e a Ribeira Brava, informação que foi enviada para a Câmara Municipal e Governo Regional. Com o decorrer das obras na ribeira várias valências têm sido tidas em conta, como pontos de captação de águas, acessibilidades aos terrenos, pontes, melhorias nas levadas, a Junta de Freguesia tem esta no terrenos a trabalhar neste sentido. Em relação ao "Corredor Verde" não ser motorizado, poderá ser um problema para a população que precisa de acesso aos terrenos.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou porque o projeto nunca tinha vindo a discussão à Assembleia Municipal. -----

-----O deputado Jorge Santos do PSD respondeu que o projeto foi debatido e votado em Assembleia de Freguesia e a informação foi enviada para a Câmara Municipal e Governo Regional.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS disse que esse projeto apresentado pela Junta de Freguesia só vem reforçar a proposta do CDS.-----

-----Colocada à votação a proposta do CDS/PP foi rejeitada por maioria. Treze votos contra do PSD, cinco abstenções do PS, quatro votos a favor do CDS, um voto a favor do PTP e um voto a favor do deputado Luís Drumond Henriques do PSD.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que os terrenos afetados por esse projeto são privados e não saberá qual a reação das pessoas.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD congratulou o projeto do CDS, mas a mesma ideia há muito que tem vindo a ser desenvolvida pelo PSD.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS não percebe porque concordam com a proposta e votam contra.-----

-----O deputado Luís Drumond Henriques do PSD apresentou a seguinte declaração de voto escrita: "Eu, João Luís Drumond Henriques votei favoravelmente para ser coerente com a posição que internamente nos órgãos do PSD defendi a 11 de novembro de 2013, a qual foi repulsada pelo presidente do Governo, mas que felizmente pelo bom senso e empenho de outros protagonistas locais, nomeadamente o presidente da Junta de Freguesia de Serra de Água, tem vindo a ser materializada na obra de canalização da Ribeira Brava. Deste modo esta proposta, embora não sendo pioneira, vem no âmbito deste órgão Assembleia Municipal, reforçar o propósito que é comum – Um corredor da Serra de Água à Ribeira Brava."-----

Handwritten signatures and notes:
A
JLH
Salvador

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS apresentou uma proposta para o Plano Municipal de Segurança Rodoviária: “O Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto nos artigos dezoito do Regimento Municipal e cinquenta e dois da lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, recomenda à Câmara Municipal da Ribeira Brava que desenvolva todas as diligências no sentido de criar, o “Plano Municipal de Segurança Rodoviária” para o conselho da Ribeira Brava. A sinistralidade rodoviária tem níveis inaceitáveis em Portugal e, também na Região. Uma sinistralidade muito elevada, com consequências económicas, ambientais, sociais e de saúde muito negativas. A Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária para o espaço temporal dois mil e oito até dois mil e quinze, prevê que as Câmaras elaborem os Planos Municipais de Segurança Rodoviária. O objetivo é naturalmente definir a estratégia e os meios de prevenção e de combate à sinistralidade rodoviária em cada um dos Municípios num plano concertado entre entidades públicas e privadas, tendo em vista atingir objetivos claros, precisos e quantificados. A própria Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária destaca a grande importância das autarquias na missão de reduzir os níveis de sinistralidade rodoviária por via dos Planos Municipais. Assim, entende-se que a Ribeira Brava deve, desde já, criar as condições para a elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária (PMSR), tendo por base o guia recomendado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e que obedece à seguinte estrutura: Observatório Municipal de Segurança Rodoviária (OMSR) - Com estatuto e competências próprias, este Observatório terá como missão o enquadramento orgânico da atuação do município em termos de trânsito, mobilidade e segurança rodoviária. Exercerá as suas competências através do estudo das condições de tráfego, dos fluxos de trânsito, das condições da rede viária e do restante sistema de mobilidade, da monitorização continuada da sinistralidade rodoviária e do estudo das suas causas e consequências. CDS - Partido Popular. Madeira O OMSR será o responsável técnico pela conceção, implementação, acompanhamento, monitorização e desenvolvimento do PMSR, competindo-lhe propor os Objectivos Estratégicos e Operacionais. Competirá ainda ao OMSR o estabelecimento de contactos, nacionais e internacionais, junto de organismos autárquicos com os mesmos objetivos, tendo em vista o aprofundamento do estudo de soluções adaptáveis ao município. Estrutura Técnica de Apoio ao


Silvío Alves

Observatório Municipal de Segurança Rodoviária (ETA da OMSR) - Esta estrutura deverá enquadrar a ação de todos os departamentos que, de forma direta ou indireta, possam contribuir para a mobilidade, o trânsito e a segurança rodoviária. No terreno, ela deverá levantar os problemas, anomalias e os potenciais conflitos do sistema de mobilidade do município, apresentar as soluções técnicas para os resolver e monitorizar a implementação dessas soluções. Ela será responsável pela aplicação no terreno das Ações Chave do PMSR. Conselho Consultivo do Plano Municipal de Segurança Rodoviária (CC do PMSR) - Como já foi referido, o PMSR só poderá atingir os seus objetivos se existir uma cooperação efetiva entre todas as entidades, públicas e privadas que, de forma direta ou indireta, possam contribuir, pela sua reflexão e/ou pela sua ação para a melhoria da mobilidade, do comportamento cívico no trânsito e na prevenção e segurança rodoviárias. Para debater estas matéria e, assim, poder contribuir para uma efetiva melhoria destes fatores de bem-estar e de qualidade de vida dos cidadãos, sugere-se a criação de uma estrutura de acompanhamento do PMSR, constituída por organismos, entidades, associações e indivíduos que, pela suas competências e qualificações, podem colaborar na implementação do Plano. Sugerimos ainda que esta estrutura funcione na dependência da Presidência do Município. [Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Segurança Rodoviária da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária) Neste sentido, a Assembleia Municipal recomenda a elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária da Ribeira Brava que deverá ser aprovado no início do segundo semestre de 2015.”-----

-----Colocada à votação a proposta do CDS/PP foi rejeitada por maioria, com catorze votos contra o PSD, cinco abstenções do PS e cinco votos a favor do CDS e PTP.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que por não ser obrigatório por lei fazer o Plano Municipal de Segurança Rodoviária e os dados apresentados referirem-se às vias expresso e via rápida, estradas que não competem à Câmara Municipal, o PSD votou contra. Referiu ainda que a Câmara tem feito um bom trabalho nas estradas municipais.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS disse que sem Plano de Prevenção Rodoviária os pontos negros das estradas não estão identificados.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP disse que a Câmara não deve poupar na prevenção e quantos mais meios a Câmara tiver para diagnosticar estradas é uma mais


Silvio Almas

valia, por exemplo a estrada do Campanário que esteve em muito mau estado nunca houve sinalização a indicar o mau estado da estrada.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS apresentou a seguinte proposta sobre incentivos à reabilitação urbana no que diz respeito às isenções de IMI e IMT: “O Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto nos artigos dezoito do Regimento Municipal e cinquenta e dois da lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, recomenda à Câmara Municipal da Ribeira Brava que desenvolva todas as diligências no sentido de criar incentivos à reabilitação urbana isenções de IMI e IMT. Um concelho como a Ribeira Brava, tem um património edificado de incalculável valor. Infelizmente, uma parte considerável desse património está degradada ou em ruínas. Para isso contribuíram políticas económicas, sociais, de arrendamento e de urbanismo que desertificaram o concelho. Importa inverter estas tendências e recuperar o património construído, reabilitando os espaços públicos, modernizando as infraestruturas, beneficiando as habitações e dando nova vida a zonas envelhecidas ou degradadas. Está em causa reforçar um desenvolvimento sustentável com o correto ordenamento do território e com a promoção da coesão social. Neste quadro o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, decreto-lei número trinta e sete de dois mil e nove de vinte e três de outubro, alterado para a lei trinta e dois de dois mil e doze, estabelece as bases da criação e operacionalização das áreas de reabilitação urbana (ARU's). A Ribeira Brava não dispõe até ao momento de nenhuma ARU o que dificulta a operação e lançamento de operações de reabilitação urbana. O quadro de apoios financeiros da União Europeia dois mil e catorze até dois mil e vinte reserva substanciais verbas a esta área de reabilitação das cidades que podem e devem ser aproveitadas pelo Município. Para repovoar o centro, revitalizar o comércio e criar novas oportunidades de negócio e de criação de emprego. Por outro lado, e como prevê a lei deve ser definido pela Câmara da Ribeira Brava um conjunto de benefícios fiscais associados aos impostos sobre o património no sentido de incentivar os proprietários de edifícios ou frações a recuperarem e conservarem os seus imóveis. Assim, nos termos e para os efeitos do número dois do artigo catorze e dezassete do decreto-lei número trezentos e sete de dois e nove, de vinte e três de abril e do número setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Câmara propõe à Assembleia Municipal que: os prédios urbanos

A
Adelina Rodrigues
Ribeira Brava

objeto de ações de reabilitação sejam passíveis de isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos; sejam isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizada na “área de reabilitação urbana” a aprovar pela Assembleia Municipal; as isenções referidas nos números anteriores deverão ser aprovadas em simultâneo com a criação pela Assembleia Municipal das áreas de reabilitação urbana.”-----

-----O Presidente da Câmara Ricardo Nascimento solicitou a possibilidade de intervir, no entanto a deputada Adelina Rodrigues, quando os deputados foram questionados se concordavam com a intervenção do Presidente da Câmara, não autorizou que o Presidente interviesse e assim a Mesa da Assembleia, seguindo o Regimento, não autorizou.-----

-----Colocada à votação a proposta do CDS foi rejeitada por maioria, com os votos contra do PSD e votos a favor do PS, CDS e PTP.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS apresentou a seguinte proposta: “ O Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto nos artigos dezoito do Regimento Municipal e cinquenta e dois da lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, recomenda à Câmara Municipal da Ribeira Brava que desenvolva todas as diligências no sentido de criar o “Imposto Municipal sobre Imóveis” atendendo ao número de dependentes nos termos do previsto no artigo treze do código de IRS. Ao abrigo do disposto no número três do artigo dezasseis da lei setenta e três de dois mil e treze, de três de setembro, e do disposto na Lei do Orçamento de Estado para dois mil e quinze, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo treze do Código de IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a trinta e um de dezembro, de acordo com a seguinte: a Assembleia Municipal recomenda que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea c) do número um do artigo trinta e


A
S
Silvia Almeida

três, e da alínea c) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte tabela: um dependente a cargo reduz a taxa até dez por cento, dois dependentes a cargo reduz a taxa até quinze por cento, três dependentes a cargo reduz a taxa até vinte por cento.”-----

-----O Presidente da Câmara Ricardo Nascimento solicitou a possibilidade de intervir, no entanto o deputado Ilídio Almada, quando os deputados foram questionados se concordavam com a intervenção do Presidente da Câmara, não autorizou que o Presidente interviesse e assim a Mesa da Assembleia, seguindo o Regimento, não autorizou.-----

-----A proposta foi colocada à votação e aprovada por maioria, com votos a favor do CDS, PS, PTP, deputado Luís Drumond Henriques do PSD, Sílvia Abreu do PSD e Reina Mendes do PSD e restantes onze votos contra do grupo municipal do PSD.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS fez uma interpelação à Mesa referindo que quando algum grupo municipal não vota em concordância os votos devem ser identificados de forma nominal na ata.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS em declaração de voto disse que via com muito agrado que a proposta do CDS tenha sido aprovada, somente não percebe porque alguns deputados que tanto se debateram pelas dificuldades das famílias numerosas agora votam contra.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que quando a proposta sobre as famílias numerosas foi apresentada o CDS não votou a favor, e que isso sim é aproveitamento político. E visto que mesmo sendo aprovada a proposta durante este ano não entra em vigor no ano de dois mil e quinze.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP referiu que a proposta deveria ter vindo da Câmara para que tivesse efeito o mais rápido possível.-----

-----O deputado Luís Drumond Henriques apresentou a seguinte declaração de voto escrita: “Eu, João Luís Drumond Henriques votei favoravelmente esta proposta por considerar uma medida de largo alcance social para os agregados com dependentes a seu cargo, sendo um paço importante para incentivar a recuperação da natalidade no concelho e em Portugal que tão graves implicações está acarretar no imediato e nas previsões futuras sobre as dimensões sociais, empregabilidade e económicas. A

Handwritten signature and name:
A
Ilídio Almada

proposta embora só possa ter eficácia para dois mil e quinze, a recomendação atual é de todo pertinente e ajustada, sendo conforme com a lei, impelindo a Câmara Municipal de Ribeira Brava a deliberar brevemente para que possa ter eficácia externa em tempo útil para que os nossos munícipes também possam usufruir deste justo incentivo fiscal.”-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS apresentou a seguinte proposta de recomendação ao Município no sentido de isentar as instituições religiosas das taxas camarárias para a colocação da ornamentação exterior até ao final do mandato do executivo: “O Grupo Municipal do CDS-Partido Popular à Assembleia Municipal de Ribeira Brava, vem, em conformidade com o disposto nos artigos dezoito do Regimento Municipal e cinquenta e dois da lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro apresentar uma proposta de recomendação ao Município no sentido de isentar as instituições religiosas das taxas camarárias para a colocação da ornamentação exterior até ao final do mandato do executivo. Ao longo destes anos tem surgido pedidos ao executivo no sentido da dispensa destas taxas. Tendo em consideração que estas instituições têm uma especial importância nas tradições, convicções e cultura dos ribeirabravenses e a câmara como primeiro representante da sua população tem que colaborar neste sentido. Segundo a vereação atual, as dificuldades financeiras que o município enfrenta não permitem um apoio tão marcado quanto possível. Esta proposta de recomendação surge então, no sentido de agilizar processos futuros e de dar um contributo válido à realização das mesmas.”-----

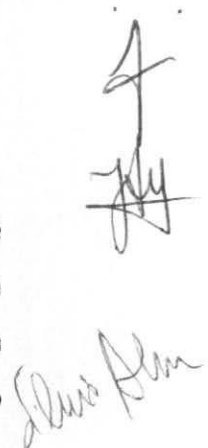
-----O Presidente do Município pediu para intervir e nenhum deputado opôs-se, assim sendo, a Mesa deu autorização para intervir.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que o regulamento de taxas já contempla a isenção às “festas do povo”, no entanto, quando a festa é realizada por festeiros não há isenção.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS referiu que os festeiros disponibilizam-se para fazer a festa e que também deveriam ter isenção.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD referiu que as paróquias têm verbas próprias, e tendo em conta as dificuldades económicas do Município, devem pagar as taxas.-----

-----Colocada à votação a proposta foi rejeitada por maioria com os votos contra do



grupo municipal do PSD, abstenção do PS e votos a favor do CDS e PTP.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS em declaração de voto disse ficar perplexo com a votação do PSD que só vem continuar a dificultar aqueles que querem fazer festas no concelho.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que o regulamento de taxas já prevê estas situações e sendo assim o PSD votou contra.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS apresentou a seguinte proposta: “Plano Estratégico de desenvolvimento económico “Ribeira Brava 2020”. O Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto nos artigos dezoito do Regimento Municipal e cinquenta e dois da lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, recomenda à Câmara Municipal da Ribeira Brava que desenvolva todas as diligências no sentido de criar o Gabinete de Apoio aos Empresários. Com o objetivo de criar medidas de atração ao investimento e apostar no desenvolvimento económico do concelho, o CDS/PP, propõe a implementação uma nova estratégia com vista ao aproveitamento dos fundos do próximo Quadro Comunitário de Apoio (dois mil e catorze até dois mil e vinte), direcionado para as empresas. A autarquia deve assumir um papel ativo na criação de emprego, captação de investimento externo e apoio aos empresários do concelho. Propomos a criação de um espaço físico dedicado ao empreendedorismo e investimento concelhio a funcionar nas instalações do edifício dos Paços do Concelho, para atendimento personalizado a empresários e investidores, por técnicos do Município. A Câmara Municipal deverá desenvolver atividades de acompanhamento do tecido económico do concelho, através de visitas às respetivas instalações. A autarquia deverá fazer um levantamento profundo da situação económica do concelho, identificando dificuldades, potencialidades e oportunidades de parceria. Esta medida de promoção do empreendedorismo possibilitará a criação da “Via Rápida do Investimento”, uma ferramenta que dará prioridade aos processos relacionados com o desenvolvimento económico, acelerando a sua análise e licenciamento. O Município deverá criar redes de desenvolvimento económico e de promoção do emprego concelhio, através da criação de uma rede de parceiros e de uma Plataforma de Emprego Municipal, onde empresários e desempregados possam inserir os seus dados, e divulgar, quer a procura que a oferta existente, fomentando a empregabilidade no



concelho. O “Ribeira Brava 2020” irá promover também visitas de alunos das escolas a empresas, estágios e sessões de empreendedorismo junto das crianças em âmbito escolar. Poderá ainda ser desenvolvimento do projeto “Viveiros de Empresas”. Através da criação de um espaço físico para alojar novos projetos empresariais em fase de início de atividade ou de implementação no município. O projeto contemplará a realização de diversas ações de divulgação desta nova valência do município, bem como de promoção do território a potenciais investidores quer através de suportes audiovisuais, quer traves da criação de um espaço no portal do município para divulgação de atividades económicas das empresas do concelho.”-----

-----Colocada à votação esta proposta foi rejeitada por maioria com os votos contra do PSD e votos a favor do CDS, PS e PTP.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que este era um projeto importante porque assim teria um gabinete que daria ajuda àqueles que quisessem investir.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que a informação está muito acessível hoje em dia e que estamos muito perto do Funchal onde existem sítios próprios para dar esse tipo de informação.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP referiu que quanta mais informação e mais próxima melhor para a população, e assim sendo votou a favor.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS disse que das seis propostas apresentadas pelo CDS só uma foi aprovada. O PSD não faz pelo bem da população mas sim defende interesses partidários.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS apresentou uma proposta de recomendação sobre o redimensionamento da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares: “O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem por este meio repudiar: o atual projeto de redimensionamento da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares. Nomeadamente no que diz respeito a uma redução efetiva do número de salas e consequentemente na sua capacidade máxima de população escolar para novecentos alunos. A câmara considera uma falácia o argumento utilizado para a justificar essa redução – diminuição da natalidade e conseqüente redução futura do número de alunos – porque pensa que é este mesmo fundamento que justifica a manutenção do projeto inicial de uma escola dimensionada para mil e duzentos alunos. A câmara justifica esta sua convicção baseada nos seguintes pressupostos: - a Escola Básica e

Secundária Padre Manuel Álvares é, e sempre foi, a escola de referência da zona oeste; - a redução da natalidade e consequentemente a redução da população escolar não é exclusiva do concelho da Ribeira Brava; - esta redução obrigará e obriga a perspetivar uma nova política educativa e consequentemente uma nova reorganização do parque escolar; - o concelho da Ribeira Brava mantém a centralidade e a acessibilidade, que lhe é dada pela rede rodoviária regional e pela organização dos transportes rodoviários terrestres; - a centralidade e a acessibilidade que o concelho disfruta, justifica pressupor a centralidade da própria escola e o seu papel organizador na futura reorganização do parque escolar. Vem por isso propor à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal que exija a manutenção da dimensão atribuída à escola no projeto inicial.”-----

----- O deputado Fábio Santos do PS disse que apesar de votarmos em unanimidade não foi possível alterar a localização da escola e agora o projeto da escola foi alterado para redução de custos quando gastam milhões na Marina do Lugar de Baixo.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD solicitou dez minutos de intervalo o qual foi concedido pela Mesa da Assembleia.-----

-----Pelas dezassete horas e dez minutos a Assembleia voltou às suas funções.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS disse concordar com a proposta para que a escola tenha mais lugares, tendo em conta que já não é possível alterar o local da escola. Temos que prevenir pois a Ribeira Brava é central e vem alunos de outros locais.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP disse que esta proposta do PS vem corrigir alguns erros que já aconteceram no passado, pois construía-se sem pensar no futuro. Em relação à localização da escola, e visto que vão haver eleições no PSD, quem ganhar terá que ouvir o povo e respeitar a sua vontade.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que a oposição é a primeira a desistir no que diz respeito à localização da escola.-----

-----O deputado Humberto Silva do PS referiu que não desistiram do projeto apresentado pelo Presidente da Assembleia em relação à localização da escola, mas sim querem o aumento da capacidade da futura escola.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS disse não estar em causa o local da escola mas sim a sua capacidade.-----



-----A proposta foi colocada à votação e foi rejeitada por maioria com catorze votos contra do PSD e dez votos a favor do PS, CDS e PTP.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que o PSD está a contribuir para a precaridade dos postos de trabalho dos professores.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS disse que espera que no futuro não sejam necessárias mais salas e que este assunto seja um grande problema.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD referiu que os técnicos que estão a liderar a obra têm dados mais concretos e reais e sabem o que estão a fazer.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP disse que quando olha para a Marina do Lugar de Baixo não sabe o que os técnicos sabiam ao realizar tal obra. Se há dinheiro para coisas sem importância também deverá haver dinheiro para a escola.-----

-----O deputado Luís Drumond Henriques fez a seguinte declaração de voto escrita: "Eu, João Luís Drumond Henriques votei contra esta proposta de modo coerente com as posições desde sempre tomadas sobre esta matéria, porque politicamente é um retrocesso no processo ainda aberto de sugestão de mudança da localização da construção da nova EBS PMA, causa abraçada por esta Assembleia por unanimidade, e ainda muito recentemente, defendida por mim próprio em representação da Assembleia em conferência de imprensa, pelo que qualquer iniciativa versando o projeto apresentado pelo Governo Regional sobre a construção de nova escola no mesmo local, merece a minha total e linear reprovação."-----

-----O período da Ordem do Dia teve início às dezassete horas e vinte e oito minutos.-----

-----Ponto um - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo.-----

-----O Presidente do Município informou que estão a preparar a noite do mercado e os ribeirabravenses estão a aguardar com muita expectativa. O Presidente disse que em relação às reduções da taxa de IMI é necessário ter em conta o Saneamento Financeiro que estipula que a taxa de IMI do concelho deve ser a máxima, no entanto a taxa em vigor é a mínima, em prol dos ribeirabravenses. Visto que a receita do IMI tem sido superior à prevista esta é a justificação que temos para estar em vigor a taxa mínima. Em relação à redução da taxa de IMI para família numerosas, como só entra em vigor no próximo ano, o proponente da proposta, o CDS, retirou a mesma em

A.
Jhy
Luís Pestana

reunião de Câmara. O Presidente alertou par as questões de redução da taxa de IMI, pois tanto a Câmara como a Assembleia estão implicados neste aspeto. As propostas apresentadas pela oposição trazem gastos à câmara e neste momento a situação financeira não está favorável. O executivo continua a reduzir a dívida e a realizar algumas atividades com poucos gastos.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS perguntou se a proposta do CDS sobre o IMI das famílias numerosas foi retirada ou negociada em reunião de câmara. Questionou ainda se a proposta não teria efeitos em dois mil e quinze. Referiu ainda que muitas das propostas apresentadas pelo CDS constam das medidas apresentadas pelo PSD durante a campanha eleitoral.-----

-----O Presidente do Município disse que a Câmara não tem capacidade financeira para fazer todas as propostas apresentadas. Em relação à proposta para redução da taxa de IMI a famílias numerosas, essa foi apresentada na reunião de câmara, enquanto que na presente reunião foi uma recomendação. Mesmo que esta proposta fosse aprovada este ano só entraria em vigor em dois mil e dezasseis, porque é neste ano que se paga o IMI referente a dois mil e quinze.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS disse que a Câmara não aprova as iniciativas do CDS porque está muito endividada devido às práticas do anterior executivo.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS informou acerca de um buraco no Caminho da Passada, onde passa um tubo de água, que ainda não foi reparado.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira referiu que o buraco já foi reparado.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou sobre os atos de vandalismo que aconteceram no Calhau da Lapa, visto o Presidente do Município não ter conhecimento desses atos na passada reunião da Assembleia.-----

-----O Presidente do Município disse que não sabe o que aconteceu pois não foi informado, mas a época balnear decorrer dentro da normalidade, até melhor que em anos anteriores.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS disse que o Presidente da Junta de Campanário tem conhecimento sobre esse assunto.-----

-----A Secretária da Junta de Freguesia de Campanário Reina Mendes disse que a Junta teve conhecimento de um problema com o abastecimento de água para o Calhau da Lapa.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou se a Câmara pode influenciar no coeficiente de localização do IMI e qual o saneamento que a Câmara tem que respeitar.-----

-----O Presidente da Autarquia disse que a Câmara tem que respeitar o Plano de Saneamento Financeiro. Em relação ao coeficiente a Câmara não pode alterar, mas esse é um assunto que tem sido discutido nas reuniões da AMRAM.-----

-----O deputado Humberto Silva do PS perguntou se a ARM já pagou o IVA da concessão das águas e resíduos do Município.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que a ARM já entregou o dinheiro do IVA, a Câmara está em contato com as Finanças para resolver a situação, caso haja juros desta situação a ARM disponibilizou-se a pagar esses juros.-----

----- Ponto dois – Apresentação, discussão e votação da proposta do orçamento do Município de Ribeira Brava, em conformidade do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto três – Apresentação, discussão e votação da proposta do plano de atividades do Município de Ribeira Brava em conformidade com o artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Presidente da Assembleia propôs que os pontos dois e três da ordem de trabalhos fossem discutidos em conjunto e votadas separadamente, proposta que foi aprovada pela Assembleia.-----

-----O Presidente da Autarquia disse que este é um orçamento mais real, continuam com muito rigor na redução da dívida. A Câmara tem uma despesa baixa com os funcionários e assim sendo pediu um parecer para saber se pode contratar mais pessoas. O mapa de pessoal foi alterado, devido à realidade da Câmara, vão tentar contratar mais um funcionário na área financeira. O orçamento contempla alguns caminhos agrícolas na Tabua e no Campanário. Este é o orçamento possível, que começa a ter em atenção as Juntas de Freguesia, pois tem disponível cinquenta e cinco mil euros para distribuir pelas Juntas, o regulamento já está em andamento.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS referiu que quando se faz algo deve-se fazer pelo melhor, ou então é melhor não fazer. Perguntou como o dinheiro destinado às Juntas irá ser distribuído.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que a forma de distribuição do



dinheiro pelas Juntas primeiro será discutido primeiramente com os presidentes de Junta. Mas as opções são o número de habitantes, candidatura apresentada pelas Juntas ou através da relação entre habitantes e território.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou quais os caminhos para o turismo que a Câmara quer promover e se já estão previstos no PDM. Disse que no Campo de Futebol tem um buraco na parede há muito tempo, porque a Câmara ainda não arranjou com o dinheiro que tem disponível para os equipamentos desportivos. Perguntou ainda sobre o concurso para locação de viaturas.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que a situação no campo iria resolver logo que possível. É intenção do executivo preservar as veredas que ainda estão em calçada e classificar esses caminhos de interesse municipal. Em relação à locação de viaturas esperam recebê-las antes do Natal.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP perguntou se a conta que foi aberta quando o Presidente foi à Venezuela, já recebeu dinheiro e para que se destina essa verba.-----

-----O Presidente do Município deu um bem haja à população emigrante na Venezuela e o carinho que recebeu. A conta aberta foi para receber verbas para o Clube Desportivo da Ribeira Brava.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou se a Câmara ainda não tem a certeza se pode contratar mais pessoal porque aumenta a despesa. Qual a verba que a Câmara vai ter do contrato programa com o Governo.-----

-----O Presidente do Município disse que ainda não sabe se podem contratar mais pessoal, estão à espera do parecer.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS perguntou que incentivos o Presidente deu aos emigrantes para que viessem para a Ribeira Brava investir.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que incentivou à preservação dos bens que os emigrantes têm na Madeira.-----

-----O ponto dois referente ao orçamento foi aprovado por maioria com treze votos a favor do PSD, quatro abstenções do CDS e seis votos contra do PS e PTP. O deputado José Ornelas do PSD encontrava-se fora da sala aquando da votação.-----

-----O ponto três acerca do plano de atividades foi aprovado por maioria com treze votos a favor do PSD, nove abstenções do PS e CDS e um voto contra do PTP. O deputado José Ornelas do PSD encontrava-se fora da sala aquando da votação -----

-----A deputada Catarina Almeida do PS em declaração de voto disse que o PS votou contra porque continua-se a verificar o empolamento da receita. O PS acha que não será cumprida a regra de equilíbrio orçamental. O PS não tem a certeza que a autarquia tenha disponibilidade financeira para levar a cabo os investimentos propostos.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS fez a seguinte declaração de voto: O CDS abstêm-se uma vez que, embora não sejamos concordantes com o documento no seu todo, reconhecemos alguma cedência no que diz respeito ao apoio social e às Juntas de Freguesias, o que vai de encontro as nossas aspirações para a população do concelho. O CDS quer fazer parte integrante das soluções e não contribuir para o agravamento dos problemas.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP em declaração de voto disse: Este é um Orçamento que retrata as asneiras, loucuras e irresponsabilidades do PSD ao longo de décadas. Representa também um partido que teve maiorias absolutas estáveis, dinheiro de fundos europeus, dinheiro do Governo Regional, dinheiro da Lei de Meios e até receitas próprias e com tudo isto não conseguiu controlar as contas do concelho. Este é um Orçamento da banca rota. O senhor presidente diz que vai recuperar veredas, até entendo porquê, já que não há dinheiro para recuperar as estradas degradadas no concelho. O senhor presidente diz que este é um orçamento realista, pois claro, porque já não há dinheiro para utopias. Este Orçamento não deixa margem para sonhos. O PSD acabou com o sonho de melhorar as condições sociais, económicas, as infraestruturas e a vida de quem vive neste concelho. Não é um Orçamento de rutura com o passado, mas sim assumir as responsabilidades financeiras das asneiras que Vossas Excelências fizeram ao longo destas últimas décadas. Este Orçamento não merece a compreensão e o apoio de quem não concordou com as políticas de compadrio. O PSD criou uma dívida e uma "máquina" que agora não consegue suportar.-----

-----O deputado Domingos Andrade do PSD disse que este é um orçamento que vai ao encontro do plano de saneamento financeiro.-----

-----Ponto quatro – Apresentação, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato de adesão ao sistema multimunicipal de distribuição de águas e saneamento básico e recolha de resíduos da RAM, entre a ARM e o Município de Ribeira Brava, em

conformidade com a alínea n) do artigo vinte e cinco.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que este ponto trata a junção de várias empresas numa “nova” empresa, mas com o mesmo propósito e consiste em mandar o Presidente para assinar a adenda.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que cada município ficou com vinte e oito por cento da ARM e agora com esta junção de empresas cada município fica com cinco por cento, e assim sendo, a Câmara não tem tanto poder dentro desta empresa. Perguntou se a assinatura da adenda não tem custos.-----

-----O deputado Luis Pestana do CDS questionou se a dívida do IVA da ARM continuará.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS perguntou se havendo alteração ao contrato não haverá custos e disse que o Município perde capital na empresa com esta fusão.-----

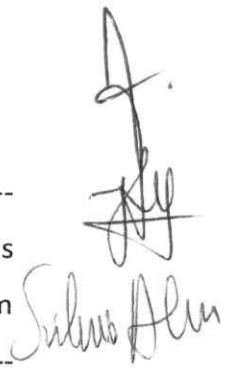
-----O Presidente da Autarquia disse que o IVA já foi pago pela ARM e esta prontificou-se a pagar os juros caso seja necessário. Disse também que o Município tem duas hipóteses ou continuar ou sair da empresa e caso queira continuar terá que assinar a adenda. A ARM não estava a dar lucro e a solução era aumentar as taxas de água ou haver a fusão das empresas. O capital da Câmara na empresa reduz mas as ações estão mais valorizadas. Segundo as regras orçamentais as Câmaras não podem assumir os custos de água e lixo como bens sociais, logo os pagamentos devem cobrir os custos.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS perguntou caso a Câmara não tivesse aderido à ARM, e cobrando os valores que esta empresa tem, não teria lucro.-----

-----O Presidente disse que só fazendo um estudo de mercado para saber se a Câmara teria lucro. Mas os valores que se praticavam anteriormente não davam para cobrir as despesas.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS fez um pedido de esclarecimento dizendo que a sua preocupação com a fusão das empresas é que a Câmara só tem cinco por cento do capital e continua a ser o Governo a mandar.-----

-----Colocado à votação este ponto foi aprovado por maioria com doze votos a favor do PSD e dez contra do PS, CDS e PTP. As deputadas Teresa Gonçalves e Reina Mendes do PSD não se encontravam na sala no momento da votação.-----



Handwritten signature of Ricardo Nascimento, the President mentioned in the text.

-----O deputado Marco Almas do PTP apresentou a seguinte declaração de voto: A água é um bem essencial para a vida. A fusão destas empresas públicas traz “água no bico”: em primeiro lugar, é uma fusão justificada pelo Plano de Ajustamento e Financeiro à Região. Mais uma irresponsabilidade financeira do PSD. Gastaram dinheiro em marinas e heliportos sem utilidade alguma e depois tiveram que assinar o PAEF que, para além de asfixiar financeiramente a RAM, retira-nos os poderes autonómicos. É o Governo da República a dizer o que se privatiza, já não se manda nada. Além desta questão política há outras jogadas com esta fusão. O Governo quer criar uma grande empresa de prestação de serviços à população, torná-la lucrativa e no futuro privatizá-la. Uma coisa é uma fusão séria, outra coisa é “abrir uma via rápida” para privatizar as águas e os resíduos. É isto que está por detrás desta resolução.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS disse que quem paga são sempre os municípios, que ia esperar para ver se este não iria demonstrar ser mais um contrato ruinoso.-----

-----Ponto cinco – Apresentação, discussão e votação da proposta para atribuição de isenção de IMI em função de eficiência energética, conforme alínea c) do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Presidente do Município apresentou a proposta que propõe a redução do IMI para casas com eficácia energética A e A mais. Só existem dois casos no concelho, mas assim poderá incentivar mais pessoas.-----

-----Esta proposta foi votada por unanimidade. As deputadas Teresa Gonçalves e Reina Mendes do PSD não se encontravam na sala no momento da votação. -----

-----Ponto seis – Proposta de prorrogação de isenção do IMI, de habitações afetadas pelo temporal de vinte de fevereiro de dois mil e dez, conforme alínea c) do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze..-----

-----O Presidente disse que devido a ainda haver situações de casas, afetadas pelo temporal de vinte de fevereiro, ainda por resolver, decidiram alargar a isenção do pagamento do IMI para as casas afetadas.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS questionou se a isenção de IMI a estas casas também não poderá causar problemas à Câmara, de acordo com o que foi dito em relação à redução de IMI para as famílias numerosas, devido às exigências feitas pelo Plano de Saneamento Financeiro.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que neste caso acha que é



possa intervir, e as situações relatadas pela senhora Agostinha são graves e de cariz policial e deve apresentar queixa na Policia.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira referiu que a senhora Agostinha está a questionar e a levantar problemas sobre coisas que não tem razão.-----

-----O Presidente da Assembleia pediu que o público traga assuntos onde a Assembleia possa intervir.-----

-----A senhora Maria Fátima Abreu de Bairos também solicitou intervir e questionou sobre o caminho da Ribeira da Tabua que está fechado e também uma vereda e levada que foram fechadas por um morador.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse ter conhecimento da questão da vereda e que o morador foi notificado pela Câmara para desobstruir a vereda. Como o senhor não obedeceu à notificação da Câmara o tribunal foi informado, o senhor irá responder pelo crime de desobediência. Algumas pessoas dizem que não é vereda pública mas sim acesso a algumas pessoas, outros dizem que é vereda pública. O assunto está em tribunal e estamos à espera do seu desfecho.-----

-----A senhora Maria Fátima perguntou sobre o caminho da Fonte Pinheiro.-----

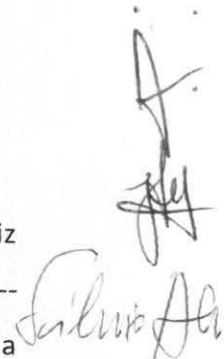
-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que o troço da Fonte Pinheiro está consagrado no Plano Plurianual e que terá uma solução.-----

-----O Presidente da Assembleia determinou uma pausa de cinco minutos para finalização da redação da minuta.-----

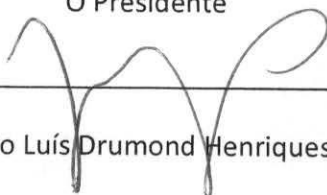
-----Foi lida a minuta referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Colocada para votação a minuta foi aprovada por unanimidade. As deputadas Teresa Gonçalves e Reina Mendes do PSD não se encontravam na sala no momento da votação.-----

-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Sílvia Maria Almada de Abreu, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

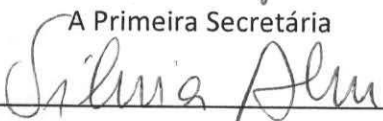


O Presidente




(João Luís Drumond Henriques)

A Primeira Secretária



(Sílvia Maria Almada Abreu)

O Segundo Secretário



(João Abreu Gomes)

U President

U Secretary of State

U Attorney General

U Chief Justice

U Speaker of the House

U Vice President